

**COLOCAÇÃO TERMINOLÓGICA NOS
DOCUMENTOS UTILIZADOS PELO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE JORNALISTAS “CEFOJOR” -
ANGOLA**

Maria Isabel Quimbamba Magalhães

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM TERMINOLOGIA E GESTÃO
DE INFORMAÇÃO DE ESPECIALIDADE**

2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rute Costa

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa.... de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, de de

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Lemos Magalhães e
Marta Quimbamba

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor da vida.

À Professora Doutora Rute Costa, pela sábia, carinhosa e afável orientação deste trabalho.

De igual modo, agradeço aos docentes do Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade e aos outros professores convidados pelas suas aulas.

Agradeço também ao Executivo angolano por este projecto, ao Ministério da Comunicação Social da República de Angola, à Comissão Interministerial deste projecto em geral e à Dra. Paula Henriques em particular, pelo acompanhamento.

Endereço, também, agradecimentos muito especiais aos meus pais, irmãos, familiares e amigos, pelo apoio que sempre me deram.

Agradeço aos colegas, pelo incentivo moral e pela ajuda solidária.

Os meus profundos agradecimentos vão para todos os que, directa e indirectamente, contribuíram para o êxito deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “Colocação Terminológica nos Documentos Utilizados pelo Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR) - Angola”, enquadra-se num intercâmbio de relações bilaterais entre Angola e Portugal, e integra-se num projecto que visa o levantamento e estudo da terminologia da Administração Pública Angolana. Temos como objectivo a criação de um recurso terminológico que auxilie a formação dos jornalistas em Angola.

A organização da terminologia contribui para a estabilização do conhecimento podendo-se, conseqüentemente, contribuir para uma comunicação sem ambiguidade no domínio do jornalismo, onde o estudo das colocações se revela pertinente no processo de ensino-aprendizagem, no âmbito da formação que o centro leva a cabo.

Assim, seleccionámos um *corpus* do domínio jornalístico constituído por textos que são utilizados no CEFOJOR, que depois de submetidos ao tratamento semi-automático serviu para a recolha de candidatos a termos. De seguida, tendo em conta alguns pressupostos teóricos e metodológicos que foram explicitados, analisámos contextos em que as formas candidatos a termos apareciam com o objectivo de extrair colocações. E para a apresentação dos nossos resultados, tendo em conta o público-alvo, sugerimos um modelo de base de dados para a disponibilização das informações do nosso estudo.

Palavras-chave: Comunicação Social, CEFOJOR, formação, jornalismo, informação, termos, colocações, base de dados.

Terminological Collocation in the Documents Used by the Journalism Training
Centre (CEFOJOR) – Angola

Abstract

The present work, entitled “Terminological Collocation in the Documents Used by the Journalism Training Centre (CEFOJOR) – Angola”, fits into the context of an exchange programme between Angola and Portugal, and is part of a project that aims to survey and study the terminology used by the Public Administration in Angola. Our main goal is to create a terminological resource that can help training journalists in Angola.

The organization of the terms used contributes to stabilize knowledge and can consequently promote unambiguous communication in the field of journalism, where the study of collocations is relevant for the teaching/learning process in the scope of the training activity of the centre.

Thus, we selected a *corpus* in the journalism area consisting of texts used at CEFOJOR. After semiautomatic processing, this *corpus* was used to collect candidate terms. Afterwards, taking into consideration some theoretical and methodological assumptions, we analysed the contexts in which the candidate terms appeared in order to extract collocations. To present our results, and bearing in mind our target audience, we suggest a database model that can be used to make this information available.

Keywords: media, CEFOJOR, training, journalism, information, terms, collocations, database.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	vi
ÍNDICE.....	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL – ANGOLA	3
1.1. Caracterização do Ministério da Comunicação Social de Angola	7
1.1.1. Atribuições do Ministério da Comunicação Social – M.C.S.....	9
1.1.2. Órgãos tutelados pelo Ministério da Comunicação Social.....	9
1.2. Apresentação do CEFOJOR e das suas atribuições	11
1.3. Breves noções de jornalismo	13
1.4. Formação de Jornalistas em Angola	17
1.5. A escolha da área do saber	19
CAPÍTULO II METODOLOGIA DE TRABALHO E TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i> DE ESPECIALIDADE.....	21
2.1. Constituição do <i>Corpus</i>	22
2.2. Tratamento Semi-automático do <i>Corpus</i>	25
2.2.1. Concordâncias	27
2.2.2. Dados identificados	28
CAPÍTULO III COLOCAÇÕES TERMINOLÓGICAS	30
3.1. Combinatórias: notas breves	31
3.2. Colocações, fraseologias e termos complexos	31
3.3. Combinatórias Terminológicas	36
3.4. Análise das Colocações Terminológicas.....	38
3.4.1 extensão da cobertura, cobertura equitativa, cobertura mediática	39
3.4.2: entrevista sob anonimato.....	40
CAPÍTULO IV PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DE COLOCAÇÕES.....	43
4.1 Definição de Base de Dados.....	44

4.1.1. Identificação do perfil do utilizador-alvo.....	44
4.1.2. Ficha terminológica.....	45
4.1.3. Construção da base de dados.....	46
CONCLUSÕES.....	48
BIBLIOGRAFIA	49
LISTA DE FIGURAS.....	55
LISTA DE TABELAS.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação, que tem como título “Colocação Terminológica nos Documentos Utilizados pelo Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR) – Angola”, foi desenvolvido no âmbito da dissertação do Mestrado em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade.

Tivemos como foco a extração e a apresentação de colocações terminológicas nos documentos que o CEFOJOR utiliza para a formação dos jornalistas. Pensamos que através deste trabalho poderemos contribuir para a melhoria da comunicação, permitindo um funcionamento pedagógico mais coerente e coeso, numa instituição cujas características se movem em torno da formação e da informação.

Ao mesmo tempo, pretendemos que o trabalho desenvolvido possa contribuir para diminuir as ambiguidades linguísticas que se verificam actualmente nos meios de comunicação social de Angola. É nossa pretensão é que se consiga, a partir dos órgãos responsáveis pela formação inicial e contínua dos jornalistas, uma uniformização dos termos e uma fixação dos seus significados; reduzindo os termos ambíguos e dúbios, acreditamos que também essa realidade será passada para o desenvolvimento de notícias por parte dos jornalistas aí formados. Consideramos, por isso, que a opção pela intervenção junto do CEFOJOR poderá ser aquela que nos permitirá, num menor espaço de tempo, chegar a um maior número de profissionais e, com isso, alterar as dinâmicas vigentes actualmente na comunicação social angolana.

É importante referir que, numa tentativa de delimitação desta pesquisa (a que naturalmente está sujeita pelo tempo e finalidade), não considerámos abranger todo o sector de CEFOJOR, mas somente a Área Pedagógico.

O nosso trabalho prevê dar conta, numa base de dados, das principais colocações usadas no domínio do jornalismo, fornecendo assim um apoio linguístico ao processo de ensino-aprendizagem no domínio do jornalismo.

Assim, almejando uma estruturação que dê solidez ao trabalho desenvolvido, procurámos organizar a informação em quatro capítulos principais que, inevitavelmente, se

vão subdividir. Assim, nos capítulos principais ambicionámos conseguir uma harmonia e cadência, procurando trabalhar:

No primeiro capítulo, a Caracterização do Centro de Formação de Jornalistas CEFOJOR, onde procuraremos fazer uma abordagem histórica do Ministério da Comunicação Social, atribuições do Ministério da Comunicação Social, do Órgão de Tutela do CEFOJOR, dos Órgãos de Gestão e Serviço do CEFOJOR, e da importância do CEFOJOR na Formação dos Jornalistas;

Já no segundo capítulo, procuraremos estabelecer a Metodologia de Trabalho, bem como abordar a organização do *corpus* e a sua delimitação. Para a nossa dissertação optámos por um tratamento semi-automático do *corpus*, que possibilite relevar as frequências, concordâncias e a lista de combinações observadas.

Num terceiro capítulo, procuramos fazer um enquadramento teórico sobre as Colocações Terminológicas (aspecto central na nossa dissertação) e, para tal, procuraremos destacar os seguintes aspectos: colocações, colocação / fraseologias, colocação / termo, e análise das colocações terminológicas.

Os três primeiros capítulos surgem como o suporte teórico necessário e imprescindível para o trabalho mais prático que procuremos apresentar no quarto e último capítulo, onde faremos uma Proposta para a criação de uma base de dados Terminológica.

Estando conscientes dos riscos que corremos ao enveredar por um caminho ainda não percorrido, no entanto, não quisemos deixar de, com o nosso conhecimento e a nossa experiência, devolver a Angola aquilo que Angola investiu em nós e criarmos algo de verdadeiramente útil e que possa ser utilizado. Não deixando que o receio e as incertezas nos levassem de vencida, decidimos avançar com toda a força para este trabalho pioneiro, que agora apresentamos.

**CAPÍTULO I MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL –
ANGOLA**

1.1. Caracterização do Ministério da Comunicação Social de Angola

Em 1974, foi criado o Secretariado de Estado da Comunicação Social do Governo Provisório de Angola, pelo Decreto nº 460/74, de 14 de Setembro, tendo sido coordenado por Jorge Correia Jesuino, da Marinha Portuguesa. Jesuino tinha como missão assegurar o pleno funcionamento das instituições até à proclamação da Independência de Angola. Nesta altura, a Comunicação Social era reprimida e estava sob direcção e controlo do governo colonial da metrópole.

A Comunicação Social surgiu na primeira República¹ designado de Ministério da Informação (MINFA), tendo sido criado pela Lei nº 1/75, a 12 de Novembro pela Presidência da República. O MINFA foi extinto das estruturas do governo do Estado em 27 de Novembro de 1976, pela Lei nº 72/76, portanto, um ano depois da sua criação (cf. Maria. 2010, pp. 23-29). Nesta altura, vivia-se um ambiente de protesto contra o regime colonial português, por parte dos nacionalistas que lutavam pela libertação total de Angola. No período que vai de Setembro de 1974 a Janeiro de 1975, verificou-se a primeira reforma da Comunicação Social em Angola, cujo objectivo consistia em acompanhar a evolução político-social do território. Na perspectiva de Maria (2010, p. 31), o Decreto nº 4/75, de 9 de Janeiro, reconhece a liberdade de expressão e pensamento através dos meios de comunicação social e alerta que a informação livre compreende o direito de informar e o direito a ser informado.

Os Acordos de Alvor celebrados em Janeiro de 1975, entre o Estado Português e os três movimentos de libertação nacional angolanos FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), estabeleceram que a independência e a soberania plena para Angola seriam proclamadas a 11 de Novembro deste mesmo ano.

Como consequência, surge o Ministério da Informação “coadjuvado por duas Secretarias de Estado”, e foram designados, respectivamente, como ministro, o Dr. Manuel Rui Alves Monteiro, e como secretários de Estado o Dr. Pedro Hendrik Vaal Neto e o Dr. Almerindo Jaka Jamba, todos nomeados pelo Decreto-Lei nº 1-A/ de 3 de Fevereiro (cf. Maria, 2010, p. 32).

¹ Deu-se no contexto do primeiro Governo de Angola, em Novembro de 1975, ano da conquista da independência.

O actual Ministério da Comunicação Social contribui para consolidar a nação angolana e reforçar a unidade, exercendo o direito de informar o público com verdade, independência e isenção sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando a livre expressão da opinião pública, e contribuindo, igualmente, para a promoção da cultura nacional e regional da defesa, na divulgação das línguas de Angola.

Os angolanos têm a liberdade de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, e têm o direito de informarem e de serem informados sem impedimentos, nem discriminação de tipo algum. Estes direitos de informarem e serem informados são ganhos provindos da independência de Angola, proclamada em 11 de Novembro de 1975 pelo Dr. Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, fruto da Luta Armada de Libertação Nacional, cujo marco temporal se situa no ano de 1961.

A Constituição da República de Angola (2010) estabelece os seus princípios fundamentais no artigo 1º, que diz:

«Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social».

A Língua Portuguesa, sendo a língua oficial, é utilizada pelos órgãos de comunicação e também no ensino. Entretanto, o estado angolano valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, promovendo o seu desenvolvimento como línguas de identidade nacional e de comunicação (cf. Constituição da República de Angola, 2010, art. 19º).

Podemos, por exemplo, constatar a inclusão das línguas de Angola em programas escolares da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), e nos meios de comunicação social, sobretudo na televisão e rádio.

Depois desta breve exposição histórica sobre o surgimento do Ministério da Comunicação Social, ligado ao nascimento da República de Angola, vamos direccionar a nossa atenção para as suas atribuições.

1.1.1. Atribuições do Ministério da Comunicação Social – M.C.S

O Ministério da Comunicação Social é um órgão do executivo, encarregue de organizar e controlar a execução da política nacional no domínio da informação, bem como tomar conhecimento dos fenómenos políticos, administrativos, económicos, sociais e culturais que se revelem de interesse público.

De acordo com o Decreto-Presidencial nº 102/14, de 12 de Maio, no artigo 2º, alíneas a) a h), o Ministério da Comunicação Social tem as seguintes atribuições:

“Auxilia o Executivo na realização da política nacional da informação e da publicidade; Organiza a manter um serviço informativo de interesse público; Tutela a actividade da área da comunicação social; Licencia o exercício da actividade de radiodifusão e televisão; Procede ao registo das empresas jornalísticas e de publicidades, autorizando o exercício em território nacional da actividade correspondente de empresas jornalísticas e de publicidade, bem como dos programas de radiodifusão sonora e televisão, para efeitos estatísticos, de defesa da concorrência e direitos de autor; Autoriza o exercício, em território nacional, da actividade de correspondente de imprensa estrangeira e informar o Executivo sobre a forma como a profissão é exercida; Promove a divulgação das actividades oficiais utilizando para tal a imprensa, conferências, radiodifusão, televisão e outros meios disponíveis; Desempenha outras tarefas superiormente acometidas decorrentes da actividade própria que lhe é inerente”.

1.1.2. Órgãos tutelados pelo Ministério da Comunicação Social

O Ministério da Comunicação Social (M.C.S.) é o órgão responsável pela tutela e superintendência administrativa e funcional das actividades dos órgãos tutelados, a quem compete nomear e exonerar os responsáveis das entidades tuteladas, bem como exercer o poder disciplinar (art. 3º, do Decreto-Lei n.º 6/05 de 1 de Dezembro).

No mesmo artigo, nas alíneas c), d) e e) diz-se que cabe ao M.C.S.:

“Propor ao órgão competente a nomeação dos membros do Conselho de Administração das Empresas Públicas tuteladas, nos termos da legislação vigente; nos casos previsto na lei, propor a nomeação e

exoneração dos membros do Conselho de Administração das Empresas tuteladas; nomear e exonerar os responsáveis do Ministério e das entidades tuteladas”.

Entre os órgãos tutelados pelo Ministério da Comunicação Social, encontramos o Centro de Imprensa Aníbal de Melo, que é uma instituição pública com a responsabilidade de acreditar os correspondentes e enviados especiais de imprensa estrangeira em Angola e facilitar o livre exercício da sua actividade profissional (cf. Decreto n.º 61/97 de 25 de Agosto, artigos 1º e 4º).

Outro órgão é o Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR). Relativamente ao CEFOJOR, pessoa colectiva, este constitui-se como uma entidade pública, cuja tarefa principal é, entre outras, contribuir para a formação contínua e o aperfeiçoamento dos profissionais da comunicação social na investigação científica e na assessoria técnica (cf. Decreto n.º 7/03, de 3 Fevereiro, capítulo I, artigos 1º e 2º da alínea n.º 1 - Maria, 2010, p. 598).

Esta tutela integra, ainda, vários outros organismos públicos relacionados com a Comunicação Social, como fica descrito no organograma que se segue:

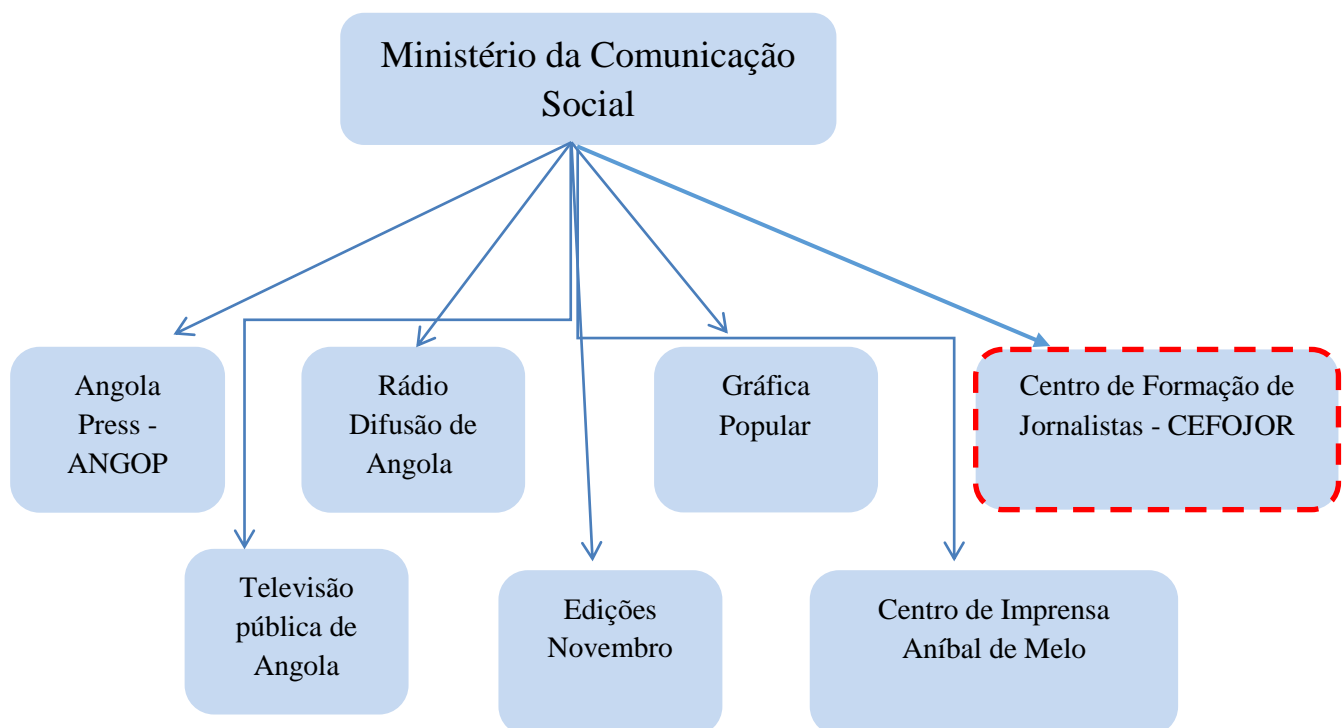


Figura 1 : Órgãos tutelados pelo Ministério da Comunicação Social

No esquema supra citado, para além do CEFOJOR e Centro de Imprensa Aníbal de Melo, também estão sob a tutela do Ministério da Comunicação Social, os Órgãos e Empresas de comunicação social pública tais como: Agência Angola Press (ANGOP) Radiodifusão Nacional de Angola (RNA), Edições Novembro, Gráfica Popular e a Televisão Pública de Angola (TPA)

1.2. Apresentação do CEFOJOR e das suas atribuições

O Centro de Formação de Jornalistas é dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e pedagógica, cuja natureza é de um instituto público. Uma das suas obrigações é organizar cursos de formação, seminários de aperfeiçoamento técnico-profissional e estágios, destinados a jornalistas, técnicos, responsáveis e demais profissionais ligados à Comunicação Social (cf. Decreto nº. 7/03, de 3 Fevereiro, capítulo I, artigos 1º e 2º da alínea n.º 1, e n.º 2 da alínea a - Maria, 2010, p. 598).

O centro tem um carácter formativo e assume como um dos seus objectivos primordiais a formação jornalística. Fazem parte do leque de formações do centro o curso básico de jornalismo, que tem a duração de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, o que não abrange o estágio. São também ministradas formações diferenciadas e complementares ao jornalismo, tais como: secretariado executivo, paginação digital, assessoria de Imprensa, formação para formadores, informática, marketing, língua portuguesa, língua inglesa e línguas de Angola.

São vários os órgãos de gestão e serviço do CEFOJOR, entre os quais o Director Geral, coadjuvado por dois Directores-Gerais Adjuntos, os quais substituem o Director Geral na sua ausência; pode, ainda, delegar aos membros do Conselho Directivo poderes para garantir maior eficácia e eficiência no funcionamento do centro (cf. Maria, 2010, p. 600). Compete ao Director-Geral propor ao organismo de tutela a nomeação e a exoneração dos Directores-Gerais Adjuntos e os demais responsáveis do centro, ouvindo o Conselho Directivo. O Director-Geral não pode por si só nomear ou exonerar sem a prévia autorização do Ministério da Comunicação Social (cf. Maria, 2010, 600-601).

O Conselho Directivo, órgão colegial permanente do centro, tem por função deliberar a política geral do CEFOJOR. Para além dos órgãos já referidos, há o órgão consultivo do Conselho Científico Pedagógico, cuja função é analisar e elaborar propostas

ao Director-Geral e ao Conselho Directivo sobre todas as questões relativas a: organização das acções de formação; avaliação do desempenho do corpo docente e discente; melhoria do nível técnico e pedagógico dos docentes, concorrendo desta forma para a melhoria da qualidade do ensino ministrado; realização de trabalhos de investigação científica e de assessoria técnica e ao funcionamento de todas actividades académicas, bem como às demais conducentes à realização de provas de admissão, avaliação contínua e exames finais.

O Conselho Científico Pedagógico poderá exercer diversas funções que lhe sejam superiormente atribuídas, no âmbito das suas competências, tais como: analisar e elaborar propostas ao director geral e ao Conselho Directivo.

O Departamento de Televisão está encarregue de todas as questões relacionadas com a elaboração de estudos técnicos e projectos no domínio do audiovisual, de produções televisivas, da organização e realização de cursos, bem como da manutenção dos equipamentos e instalações do centro colocados à sua disposição. Este departamento, de Rádio e Imprensa, responsabiliza-se pela organização e execução de toda a actividade.

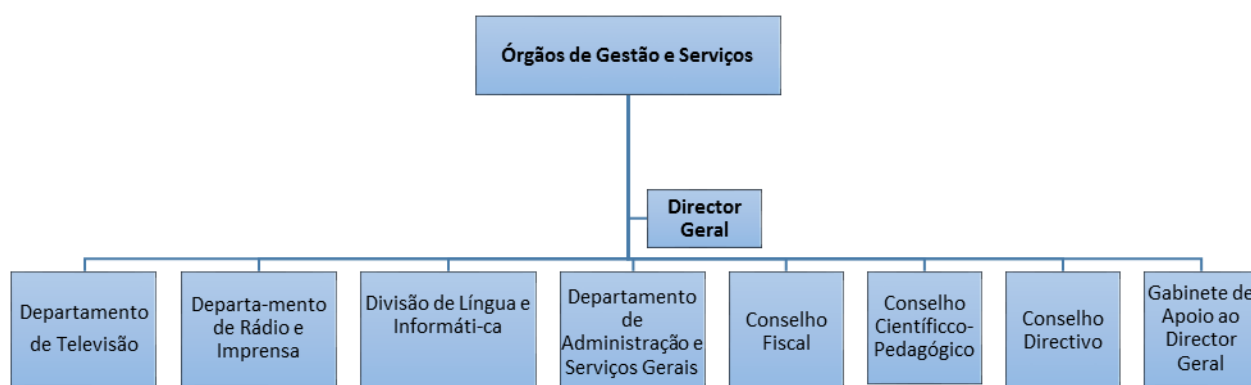


Figura 2: Órgãos de Gestão e Serviço do CEFOJOR

Entretanto, o nosso estudo no departamento de línguas e informática – área pedagógica, encarregado de organizar e executar todas as actividades pedagógicas e de

investigação científica, bem como de prestação de assessoria técnica no domínio das línguas e de informática.

À área pedagógica compete, segundo Maria, (2010, p. 608-9):

- a) “ Promover a realização de cursos de línguas e de informática;
- b) Promover a formação e aperfeiçoamento técnico e profissional, mediante a realização de outros cursos do interesse dos profissionais da Comunicação Social;
- c) Elaborar propostas que visam a melhoria da qualidade técnica, científica e pedagógica do ensino, na sua especialidade;
- d) Participar na selecção e avaliação do corpo docente;
- e) Promover e realizar trabalhos de investigação científica do domínio da sua especialidade;
- f) Elaborar estudos e proceder à avaliação da actividade lectiva no domínio da sua especialidade, e propor medidas correctivas sempre que se julga oportuno.”

A área pedagógica compõe-se, unicamente, pela secção de línguas e de informática, dirigida por um chefe com categoria de chefe de divisão.

No próximo ponto apresentamos breves noções de jornalismo.

1.3. Breves noções de jornalismo

As sociedades actuais movem-se em torno da informação; esta é difundida pelos jornalistas, aos quais cabe o dever de informar. Kovoch *et al.* citado por Alves (2014, p. 28) interpreta o jornalismo “como meio para fornecer notícias”. Na perspectiva destes autores, as sociedades são informadas pelos meios de comunicação, designados por *media*, que têm vindo a consolidar o seu poder no mercado e a sua preponderância nas dinâmicas sociais.

Por sua vez, Rodrigues (2000, p.75) define o jornalismo como:

“Actividade profissional associada à publicação, sob as mais diversas formas (imprensa escrita, rádio, televisão, agência noticiosa ou redes telemáticas), de informação relacionadas com acontecimentos recentes que constituem actualidade” .

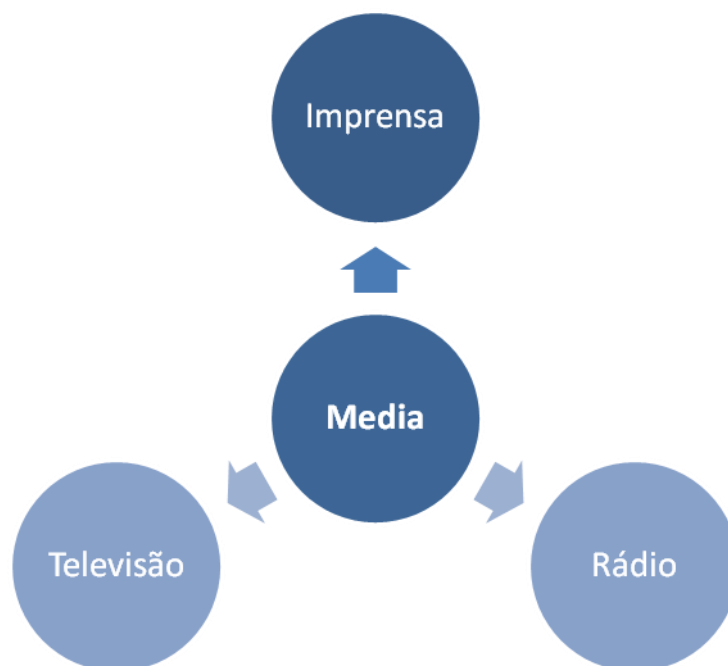


Figura 3: Meios de Comunicação

Actualmente, a comunicação social é imprescindível no processo de formação da opinião pública, transforma e organiza um país, a sociedade, e as pessoas. Este poder de transformar e de divulgar a informação ou a notícia confere à comunicação social o estatuto de quarto maior poder de algumas sociedades, tendo como missão escrutinar a actuação dos poderes públicos e económicos, revelando o que estará oculto (cf. Alves, 2014, p.25). (cf. Alves, 2014, p.25).

Em Angola, o jornalismo assume-se como um dos factores de desenvolvimento nacional, com as funções educativa e informativa. Por esta razão, e como já foi referido anteriormente, o CEFOJOR tem um papel de destaque ao desenvolver cursos de formação, investigações e seminários de aperfeiçoamento técnico-profissional e estágios, destinados a jornalistas, técnicos e demais profissionais ligados à Comunicação Social. A formação dada neste centro engloba vários domínios de saber ligados tanto ao curso de jornalismo como às áreas de comunicação afins (cf. Costa, 2002, p. 17).

Por sua vez, o jornalista², ao exercer a sua profissão, estabelece relações sociais entre o emissor e o receptor, por intermédio do uso da língua. Embora não haja uma definição consensual do jornalismo, podemos adiantar uma aproximação:

“o jornalismo é, desde os seus primórdios, a actividade que se dedica a contar o que sucede no mundo” (Alves, 2014, p. 27).

As sociedades mais democráticas têm mais informações e notícias. Angola reconfirma esta liberdade de informar no nº. 1, do artigo 40º da Constituição da República que diz:

“Todos têm a liberdade de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimento nem discriminação.”

Para Alves (2014, p. 32), a informação é um bem que deve estar acessível a:

“todos os cidadãos, de forma a capacitá-los a poder exercer de forma consciente os seus direitos e deveres cívicos no quadro de uma sociedade democrática”.

Os profissionais da informação devem exercer a profissão com ética e deontologia³. Segundo Bill Kovach, citado por Alves (2014, p. 31), existem dez princípios centrais para um bom exercício do jornalismo:

“1. Obrigação com a Verdade: O jornalismo procurara a verdade num sentido pragmático e não num sentido filosófico ou absoluto. A verdade jornalística consiste no cruzamento de factos.

² Todavia, Rodrigues, considera jornalista como “o profissional que trabalha, quer como profissional independente, quer numa ou mais empresas mediáticas (agência noticiosa, rádio, televisão ou revista de informação), e que assegura a selecção, o tratamento, a interpretação e a difusão dos factos susceptíveis de se tornarem acontecimentos de interesse público”. (Rodrigues, 2000, p. 75).

³ Deveres de diversas profissões são o “conjunto de regras e de normas de comportamento que regulam o exercício de uma actividade profissional concebida pela sua organização de classe e aceite pelos seus membros como disposição vinculativa. (Rodrigues, 2000, p. 37).

2. Lealdade com os Cidadãos: os jornalistas devem lealdade aos cidadãos e ao superior interesse público. Este compromisso para com o público é o que suporta a credibilidade de uma organização.

3. Disciplina da Verificação: os jornalistas têm o dever de verificar todas as informações que divulgam.

4. Independência face àquele que cobrem: manter independência de espírito e de pensamento face a todos os poderes.

5. Monitor independente do poder: os Cidadãos esperam que o jornalismo desempenhe o papel de guardião da Democracia, escrutinando os detentores de cargos públicos e de posição que afectem a vida do conjunto da sociedade.

6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público: os media são as plataformas de assuntos de interesse público; estes prestam um melhor serviço à sociedade quando divulgam informação assente em factos devidamente comprovados e não em suposição ou preceitos.

7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante: devem conseguir um equilíbrio entre aquilo que os leitores sabem que querem e aquilo que necessitam mas não conseguem antecipar.

8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional: noticiar os factos de forma proporcional sem deixar de fora informações importantes, são essenciais para um jornalismo que busca a verdade.

9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência: devem ter uma “bússola moral”, com um sentido pessoal de ética e responsabilidade que os leva a defender as suas ideias face aos colegas e superiores hierárquicos.

10. Os cidadãos têm direitos mas também responsabilidades, no que toca à informação: o conhecimento e exercício dos direitos e responsabilidades éticas dos intervenientes no processo de difusão da informação noticiosa devem integrar não apenas a formação dos jornalistas mas também dos cidadãos em geral”.

Deste modo, estaremos a respeitar os princípios e regras do jornalismo. O Ministério da Comunicação Social, em Angola, torna a comunicação mais próxima da população, capacitando os jornalistas, dando-lhes formações para informar o público com verdade e profissionalismo.

Os meios de comunicação social, tais como os jornais, as revistas e os meios audiovisuais, têm como missão principal “informar o público com verdade, independência,

objectividade e isenção sobre todos os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correcta e imparcial” (Lei n.º 7/06 de 15 de Maio, artigo 11º). Actualmente, as sociedades movem-se em torno da informação, a tecnologia começou a fazer parte da comunicação humana, passando a participar nas maiores actividades da evolução do homem e da sociedade.

1.4. Formação de Jornalistas em Angola

A aquisição de conhecimentos e competências específicas são necessárias para o desempenho de uma profissão. Para atender às necessidades do país, no que toca à formação jornalística, foi criado o Centro de Formação de Jornalistas – CEFOJOR, para ministrar formações ligadas à comunicação social, já brevemente descrito neste documento.

Nesta instituição são disponibilizados vários cursos, tendo como objectivo a formação de jornalista profissional. O curso profissional de jornalismo tem a duração de nove meses, repartidos por módulos; a formação é finalizada por um estágio na área a que o formando se candidatou. As formações no CEFOJOR são direccionadas ao público que tenha como habilitações literárias mínimas o ensino médio, independentemente da área de formação.

Outrora, poucas eram as escolas que se dedicavam a leccionar o curso de jornalismo. Com o desenvolvimento do país houve a necessidade de criar um centro profissional que se dedicasse exclusivamente à formação, investigação, capacitação e superação técnica jornalística, é assim, que o estado Angolano através do Ministério da Comunicação Social, criou o Centro de Formação de Jornalistas - CEFOJOR em Luanda que responde por todo país na área de formação e capacitação dos jornalistas angolanos.

Fazem parte do *curriculum* do curso profissional de jornalismo ministrado pelo CEFOJOR algumas disciplinas como:

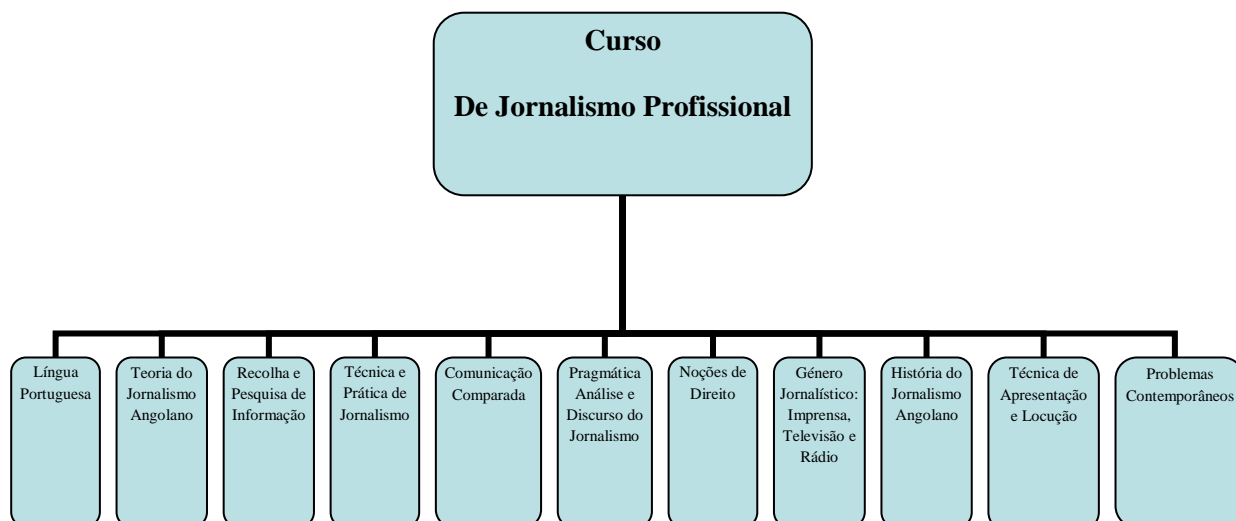


Figura 4: Disciplinas leccionadas no curso de Jornalismo Profissional

O estágio que confere a aptidão na área pode ser realizado nos órgãos que fazem parte do Ministério da Comunicação Social de Angola, permitindo aos formandos adquirirem alguma experiência na área em que se pretendem profissionalizar.

A formação é um instrumento que os profissionais procuram para adquirir e aperfeiçoar competências. Os profissionais, durante a formação, são especializados, aperfeiçoados e actualizados, de modo a aumentar a eficácia e eficiência na sua produtividade. Como afirma Ruivo *et al.* (2010):

“A formação contribui para o desenvolvimento do ser humano e no progresso da política, economia, sociedade e cultura de um país, possibilitando ao formando adquirir novos conhecimentos dentro do domínio de formação, que o possibilite a responder com as exigências impostas pelas sociedades actuais” (cf. Ruivo *et al.* 2010 p. 203).

Assim, a formação é imprescindível, pois ela transforma e organiza, contribuindo, de forma efectiva, para o desenvolvimento de um país.

1.5. A escolha da área do saber

Como já foi referenciado, o CEFOJOR é um Centro que tem como objectivo realizar cursos de formação bem como seminários de aperfeiçoamento técnico-profissional dirigidos a todos os profissionais ligados à Comunicação Social. A nossa pesquisa foi feita na Divisão de Línguas e Informática, que constitui uma repartição do CEFOJOR. Delimitámos a nossa pesquisa a esta área porque pensamos ser aquela com maior impacto no exercício das actividades desenvolvidas no centro de formação.

Deste modo, pensamos contribuir para a melhoria da formação, propondo a criação de uma ferramenta que sirva de ajuda para a compreensão das matérias leccionadas durante os vários cursos. O estudo e levantamento das colocações terminológicas no curso de jornalismo irá, em nosso entender, constituir uma mais-valia para os profissionais da área, no ensino-aprendizagem e na produção de materiais de apoio didáctico.

Segundo Contente (2008), uma língua de especialidade “é um subsistema autónomo que tem como objecto a transmissão de conhecimentos especializados, em situações de comunicação (escritas ou orais) relativas a grupos socioprofissionais” (Contente. 2008, p.34). O jornalista, no exercício das suas funções, faz o uso de terminologias para transmitir o conhecimento na redacção e produção das informações, tornando o seu discurso mais objectivo e verdadeiro.

Nesta perspectiva, e de acordo com Costa (2001), para que um membro de uma comunidade científica seja aceite e reconhecido como especialista:

“é necessário que active mecanismos discursivos (escritos e/ou orais) que lhe permitam partilhar o seu saber com os membros da comunidade a que pertence” (Costa. 2001, p. 200).

É, ainda, necessário que o discurso utilizado pelos jornalistas seja o mesmo usado na sua actividade laboral e que seja compreendido sem ambiguidade.

Em boa verdade, a aprendizagem da terminologia jornalística será um desafio para os formandos, para os formadores e para os técnicos da área:

“Para dominar a terminologia jornalística é necessário conhecer os conceitos da área de especialidade que os termos designam, uma vez que o discurso tem de reflectir-se em conhecimentos específicos” (cf. Graça. 2010, p. 14).

Assim, um dos nossos objectivos principais é criar um recurso terminológico que possa auxiliar os formandos, formadores e demais técnicos e funcionários ligados à área de jornalismo.

CAPÍTULO II METODOLOGIA DE TRABALHO E TRATAMENTO DO *CORPUS* DE ESPECIALIDADE

2.1. Constituição do *Corpus*

Este capítulo tem como objecto dar conta dos princípios teóricos e metodológicos que guiaram o nosso estudo, especificamente e no que diz respeito ao trabalho sobre a constituição do *corpus* de análise. Apresentamos as metodologias de trabalho que adoptámos, desde a selecção dos textos, ao tratamento e levantamento dos candidatos a termos que reflectem os dados terminológicos, identificados nos documentos produzidos, na Área Pedagógica.

Segundo Costa (2001, p. 19), “para seleccionarmos um *corpus* é necessário ter em conta um conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos considerados importantes e fundamentais”. Vários autores já se debruçaram sobre a noção de *corpus* como sendo um conjunto de textos. Por exemplo, autores como Costa e Silva (2006, p. 4) entendem “*corpus* como um conjunto de textos orais ou escritos, relativo a um domínio, cuja organização resulta de critérios previamente estabelecidos”.

Boutin-Quesnel *et al* (1985) definem que o *corpus* é o “conjunto das fontes, documentos orais ou escritos, relativas a um domínio, onde são extraídos os dados terminológicos”. Já segundo Mudiambo (2014, p. 199), um *corpus* é constituído por “dados linguísticos pertencentes ao uso escrito ou oral da língua sistematizado segundo determinados critérios, de maneira que sejam representativos do uso linguísticos”. De acordo com Xavier e Mateus (1992, p. 116), “*corpus* é um conjunto finito de dados linguísticos tomados como ponto de partida da descrição linguística ou como meio de verificação de hipóteses sobre a língua a estudar e que poderão eventualmente conduzir à elaboração de um modelo explicativo dessa língua”.

Nas definições apresentadas, verificam-se dois pontos de vista distintos. Se por um lado existe a referência à noção de *corpus* como sendo um meio de averiguação de dados linguísticos, por outro lado, percebe-se na definição de alguns autores a valorização dos textos para a extracção dos dados terminológicos.

Consideramos, por isso, essencial referir que, para o nosso trabalho, adoptámos a noção de *corpus* apresentada por Costa e Silva (2006, p. 4), segundo a qual:

“corpus é um conjunto de textos orais ou escritos, relativo a um domínio, cuja organização resulta de critérios previamente estabelecidos”.

Desta definição concluímos a necessidade de o *corpus* que pretendemos constituir pertencer a uma área específica e circunscrita. Dessa forma, optámos por, dentro do Ministério da Comunicação Social, escolher mais concretamente o CEFOJOR como a área de estudo.

Atendendo ao facto de haver uma grande diversidade de tipos de textos no CEFOJOR, sentimos a necessidade de afunilar ainda mais a nossa escolha e centrar-nos nos textos pertencentes à área pedagógica do Centro. Esta escolha surge, também, como natural, já que pretendemos estudar os textos que constituem o material de apoio à formação profissional de jornalismo.

Podemos dividir os textos em dois grandes grupos, a saber:

Correspondência Interna		Correspondência Externa
01	Comunicados	Ofícios
02	Regulamentos	Despachos
03	Manual de Jornalismo	Relatórios
04	Licenças	
05	Circulares	
06	Avisos	
07	Actas	

Tabela 1: Correspondência interna e externa da Administração Pública Angolana

A correspondência, tanto interna como externa, segundo ENAD (2000), enquadra-se na área pedagógica. Os destinatários, no caso da interna, são os funcionários da mesma

instituição, enquanto a externa tanto serve a mesma instituição como se destina a instituições externas, colectiva ou individualmente.

2.1.1. Tipologias de textos

A primeira tarefa desenvolvida centrou-se na identificação de textos produzidos com a função de divulgação, quer interna quer externa, agrupando-os posteriormente por tipos de texto, e escolhendo, de entre todas as opções que se nos afiguravam, um manual de jornalismo. Este manual faz parte do material de apoio que contem as orientações pedagógicas para a formação e capacitação dos jornalistas do CEFOJOR. Seleccionámos este manual por ser um instrumento que veicula uma informação com características próprias de uma língua de especialidade. Ou seja, os textos contidos no manual de jornalismo apresentam uma predominância de termos da língua de especialidade jornalística.

Este manual, que tem como título “*Manual do Jornalismo Independente*”, da autoria de *Deborah Potter* (2006), aborda conteúdos sobre o papel do jornalismo praticado em sistemas democráticos, sobre a responsabilidade e a actuação dos jornalistas ao veicular uma informação, e também destaca a definição e o tipo de notícia que se deve veicular aos cidadãos sendo, para tal, necessário fazer uma selecção relevante tendo em conta a realidade da sociedade actual e dos seus desafios. Um dos elementos destacados é a forma como o jornalista pode levar avante uma reportagem, as questões pertinentes para uma entrevista, que tipo de estrutura deve obedecer um artigo, entre outros aspectos. Outro conteúdo de destaque neste manual é a dimensão ética e legal necessária para um jornalista desempenhar da melhor forma possível a sua função. O texto a que recorremos encontra-se em suporte electrónico, possibilitando um melhor tratamento terminológico.

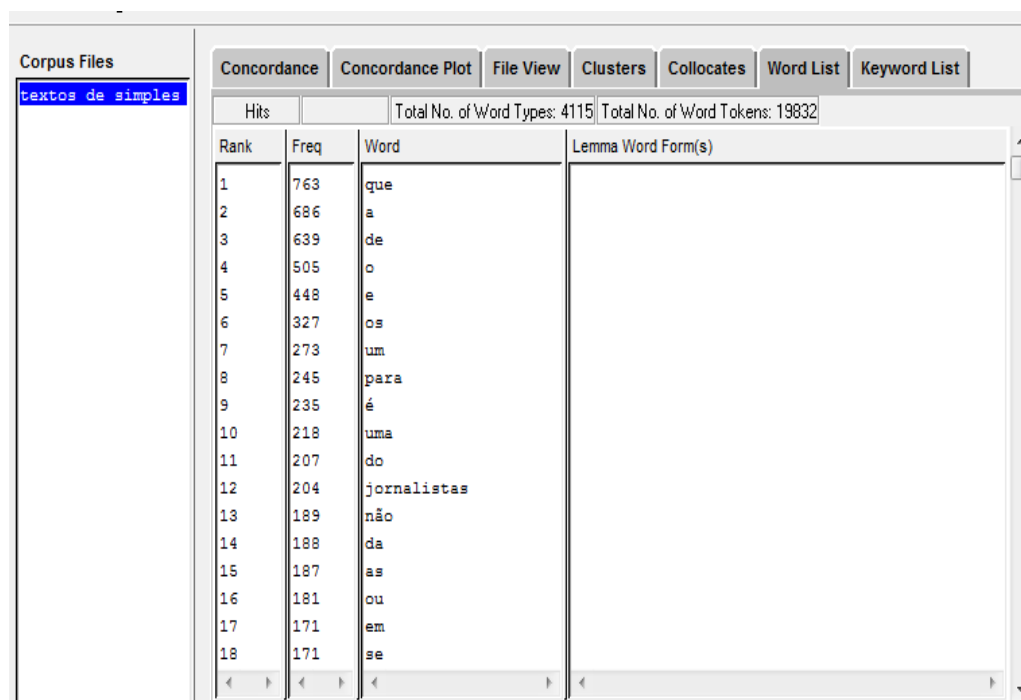
Em relação à questão da representatividade, destacamos a posição de Costa (2001), que refere que:

“A noção de representatividade em corpus especializado não pressupõe a noção de quantidade, dado que a produção de textos numa área de especialidade, numa língua determinada, pode ser diminuta, assumindo o tamanho do corpus um valor relativo”. (cf. Costa. 2001, p. 37).

No ponto que se segue vamos apresentar o tratamento dos dados, isto é, o trabalho de selecção, extracção e observação dos candidatos a termos.

2.2. Tratamento Semi-automático do *Corpus*

Após o processo de selecção e constituição do *corpus* de análise, passámos à sua , a fim de proceder ao seu tratamento semi-automático. Deste modo, verificou-se a necessidade de transformar o *corpus* em formato *txt*, a partir da função *Word list*, e com recurso à ferramenta *AntConc* obtivemos o número total de formas únicas e o total de formas repetidas, bem como a frequência de cada uma das formas, como se pode verificar na figura abaixo:



The screenshot shows the 'Word List' tab in the AntConc software. On the left, under 'Corpus Files', the file 'textos de simples' is selected. The main window displays a table with four columns: Rank, Freq, Word, and Lemma Word Form(s). The table lists the top 18 most frequent words in the corpus. Above the table, it shows 'Total No. of Word Types: 4115' and 'Total No. of Word Tokens: 19832'.

Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)
1	763	que	
2	686	a	
3	639	de	
4	505	o	
5	448	e	
6	327	os	
7	273	um	
8	245	para	
9	235	é	
10	218	uma	
11	207	do	
12	204	jornalistas	
13	189	não	
14	188	da	
15	187	as	
16	181	ou	
17	171	em	
18	171	se	

Figura 5 *Word List*

Na figura apresentada, é possível observar que o nosso *corpus* é constituído por um total de 4115 formas únicas e por um total de 19832 formas repetidas.

Nesta fase do trabalho, o nosso olhar centrou-se nas formas simples relativas ao domínio em estudo. A tabela nº2, abaixo indicada, apresenta algumas destas formas extraídas do *corpus*:

LISTAS DE FORMAS SIMPLES EXTRAÍDA A PARTIR DO <i>CORPUS</i>				
Formas	Frequências	Adjectivo	Substantivo	Verbo
jornalistas	201		sub. 2 gen.	
informação	91		n.f	
notícia	34		n.f	
jornalismo	33		sub.m	
Fonte	32		sub.f	
televisão	27		sub.f	
público	24	adj		
reportagem	22		sub.f	
facto	22		sub.m	
audiência	22		sub.f	
editor	21	adj		
entrevista	21		sub.f	
peças	21		sub.f	
dizer	18			v.t
comunicação	16		sub.f	
cobrir	16			v.t
formação	16		sub.f	
redacção	16		sub.f	
acontecimento	16		sub.m	
abordagem	12		sub.f	
rádio	11		sub.m	
processo	11		sub.m	
cobertura	9		sub.f	
profissional	8	adj		
credibilidade	8		sub.f	

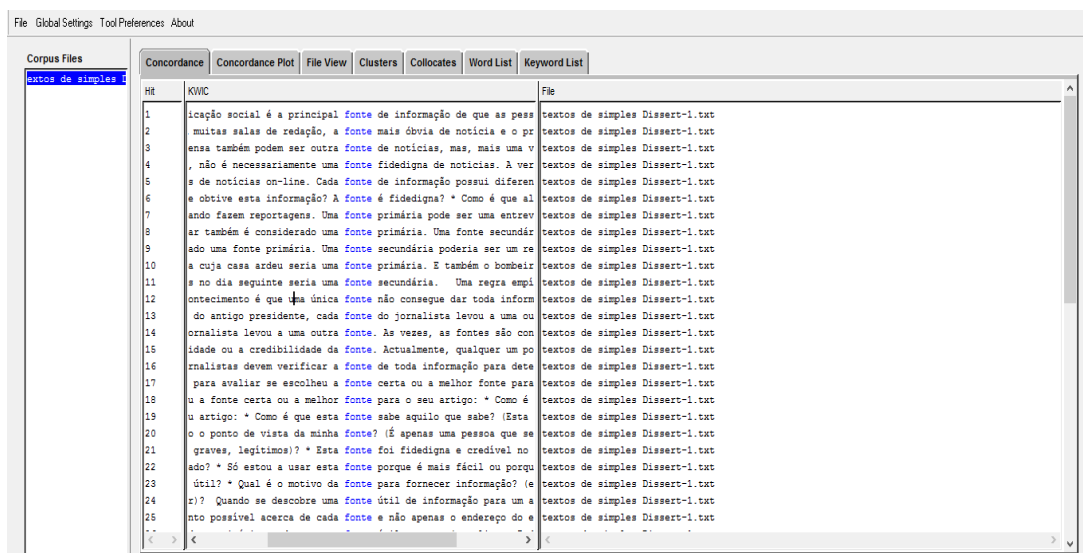
Tabela 2: Formas simples

As formas transcritas na coluna acima, tendo em conta os contextos linguísticos em que são utilizadas, podem ser consideradas como potenciais núcleos de candidatos a termos, sendo, ainda, a partir deles que se fará a extracção das concordâncias.

2.2.1. Concordâncias

Segundo Lino (1991), uma concordância é o “conjunto de linhas do contexto pertencentes a uma mesma forma pivô”. Para a Norma ISO (1087-1. 2000), a concordância é uma “*ordered list of terms extracted from a corpus together with a context and a source reference*”.

Deste modo, a concordância permite-nos obter informações mais detalhadas sobre as formas extraídas como candidatos a termo, partindo da observação dos contextos em que as mesmas aparecem inseridas. Na figura seguinte, seleccionámos a forma *pivô* “**fonte**”, destacada no centro em cor azul, para identificarmos os seus concorrentes que aparecem à sua esquerda e à sua direita:



The screenshot shows a software interface with a menu bar (File, Global Settings, Tool Preferences, About) and a toolbar with buttons for Concordance, Concordance Plot, File View, Clusters, Collocates, Word List, and Keyword List. The 'Concordance' button is active. On the left, a 'Corpus Files' list shows 'textos de simples'. The main window displays a concordance table with three columns: Hit, KWIC, and File. The 'Hit' column contains line numbers 1 through 25. The 'KWIC' column contains text snippets where the word 'fonte' is highlighted in blue. The 'File' column contains the file path 'textos de simples Dissert-1.txt' repeated for each hit.

Hit	KWIC	File
1	icação social é a principal fonte de informação de que as pess	textos de simples Dissert-1.txt
2	uitas salas de redação, a fonte mais óbvia de notícia e o pr	textos de simples Dissert-1.txt
3	ensa também podem ser outra fonte de notícias, mas, mais uma v	textos de simples Dissert-1.txt
4	, não é necessariamente uma fonte fidedigna de notícias. À ver	textos de simples Dissert-1.txt
5	s de notícias on-line. Cada fonte de informação possui diferen	textos de simples Dissert-1.txt
6	e obtive esta informação? A fonte é fidedigna? * Como é que al	textos de simples Dissert-1.txt
7	ando fazem reportagens. Uma fonte primária pode ser uma entrev	textos de simples Dissert-1.txt
8	ar também é considerado uma fonte primária. Uma fonte secundár	textos de simples Dissert-1.txt
9	ado uma fonte primária. Uma fonte secundária poderia ser um re	textos de simples Dissert-1.txt
10	a cuja casa ardeu seria uma fonte primária. É também o bombeir	textos de simples Dissert-1.txt
11	s no dia seguinte seria uma fonte secundária. Uma regra empí	textos de simples Dissert-1.txt
12	ntecimento é que a única fonte não consegue dar toda inform	textos de simples Dissert-1.txt
13	do antigo presidente, cada fonte do jornalista levou a uma ou	textos de simples Dissert-1.txt
14	ornalista levou a uma outra fonte. Às vezes, as fontes são con	textos de simples Dissert-1.txt
15	idade ou a credibilidade da fonte. Actualmente, qualquer um po	textos de simples Dissert-1.txt
16	rnalistas devem verificar a fonte de toda informação para dete	textos de simples Dissert-1.txt
17	para avaliar se escolheu a fonte certa ou a melhor fonte para	textos de simples Dissert-1.txt
18	u a fonte certa ou a melhor fonte para o seu artigo: * Como é	textos de simples Dissert-1.txt
19	u artigo: * Como é que esta fonte sabe aquilo que sabe? (Esta	textos de simples Dissert-1.txt
20	o o ponto de vista da minha fonte? (É apenas uma pessoa que se	textos de simples Dissert-1.txt
21	graves, legítimos)? * Esta fonte foi fidedigna e credível no	textos de simples Dissert-1.txt
22	ado? * Só estou a usar esta fonte porque é mais fácil ou porqu	textos de simples Dissert-1.txt
23	útil? * Qual é o motivo da fonte para fornecer informação? (e	textos de simples Dissert-1.txt
24	zi)? Quando se descobre uma fonte útil de informação para um a	textos de simples Dissert-1.txt
25	nto possível acerca de cada fonte e não apenas o endereço do e	textos de simples Dissert-1.txt

Figura 6: Printscreen da concordância da forma “fonte” e dos seus ocorrentes

A partir da concordância da forma *pivô* “**fonte**” foi possível extrair algumas combinatórias. Como por exemplo:

“fonte fidedigna de notícia”

“fonte útil de informação”

“fonte confidencial”

Consideramos estes exemplos como combinatórias, tendo como ponto de referência o facto de serem compostas por dois ou mais constituintes em que um deles é a forma pivô **fonte**.

2.2.2. Dados identificados

Neste ponto, os dados identificados dizem respeito às combinatórias que resultam das concordâncias da forma *pivô* apresentadas na Tabela nº 2 (cf. ponto 2.2.2). De acordo com Silva (2014, p. 16), o conceito de combinatória “é genérico, porque permite agrupar as estruturas morfossintáticas, de unidades lexicais, que ocorrem em textos de especialidades”.

Podemos dizer, neste contexto, que as combinatórias são muito frequentes na língua de especialidade e que cobrem praticamente todas as unidades lexicais construídas por mais de dois elementos.

N.º	Combinatórias
01	cobertura quantitativa
02	essência da cobertura
03	extensão da cobertura
04	fonte fidedigna de notícia
05	fonte confidencial
06	fonte útil de informação
07	informação exacta e fidedigna
08	informação em anonimato
09	cobertura mediática
10	entrevista confidencial
11	entrevista sob anonimato
12	acontecimento exacto e autentico
13	complexidade do acontecimento
14	transmissão dum acontecimento
15	notícia mais relevante
16	notícia factual
17	estrutura da notícia

18	facto essenciais
19	comunicação aberta

Tabela 3: exemplos de combinatórias no *corpus*

Com base na observação do comportamento das formas *pivô* com as outras formas que lhes figuram à esquerda e à direita, foram identificadas as combinatórias no *corpus* de análise. A partir das combinatórias identificadas, passamos à análise das colocações terminológicas no *corpus*, no nosso terceiro capítulo.

CAPÍTULO III COLOCAÇÕES TERMINOLÓGICAS

3.1. Combinatórias: notas breves

Neste capítulo vamos fazer uma breve incursão às colocações, distinguindo-as dos termos complexos, de forma a permitir-nos identificar essas diferentes formas de construções terminológicas no domínio do jornalismo.

Como já o referimos no ponto 2.2.2., as concordâncias permitem-nos observar todo o tipo de combinatórias que ocorrem no *corpus*, tais como termos complexos e colocações.

As combinatórias terminológicas são muito frequentes na língua de especialidade, assumindo um espaço muito importante e diferente para o trabalho do terminólogo, cobrindo as formas constituídas por dois ou mais elementos. De acordo com Silva (2014, p.16), o conceito de combinatórias terminológicas “é genérico, porque permite agrupar as estruturas morfossintáticas, de unidades lexicais, que ocorrem em textos de especialidades”. Neste contexto, quer as colocações, quer os termos complexos, são resultantes de combinatórias de unidades lexicais, não devendo ser confundidas umas com outras. Como afirma Lino (2009), “*Dans la langue, il y a des combinaisons non librés; mais, il n’y a pas un consensus à l’égard de leurs designations et leurs définitions: locution, expression, terme multilexémique et collocation terminologique sont des termes qui désignent ces structures aux frontières difficiles à délimiter*”.

No entanto, o conceito de combinatória é abrangente, uma vez que nem sempre é fácil distinguir o limite de um tipo de combinatória de outras.

3.2. Colocações, fraseologias e termos complexos

Já fizemos referência ao facto de as colocações, as fraseologias e termos complexos serem combinatórias que ocorrem em todo o tipo de discurso, quer seja de especialidade ou não. De acordo com Lerat (1995:p.102) dominar uma língua, implica o domínio das colocações específicas a essa língua: “la maîtrise d’une langue passe par celle des collocations de mots”. Pensamos, neste sentido, que o estudo das colocações é importante na formação jornalística, visto que a actividade do jornalista passa pelo uso dos discursos orais e escritos.

Atentemos ao seguinte mapa elaborado por Costa (2012, citada por Silva (2014:17):

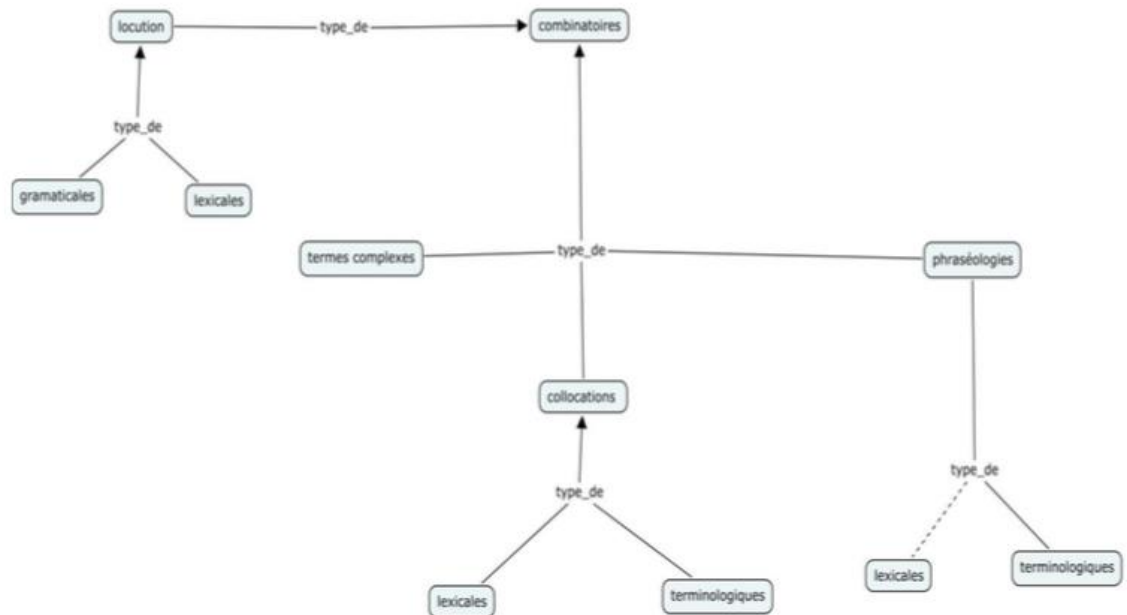


Figura 7: Mapa de tipo de combinatórias nos textos de especialidade

Neste mapa são-nos apresentados dois tipos de colocações: a colocação lexical e a terminológica. A primeira, a lexical, é constituída por um grupo de palavras; já a segunda, colocação terminológica, que por sinal é o foco desta análise, é um tipo de combinatória de duas ou mais unidades lexicais, em que uma é forçosamente um termo e cuja totalidade das partes não designa um conceito.

Quanto à sua constituição, a colocação, segundo Costa (2001, p. 126), é

“...constituída por uma base com autonomia sintáctica e semântica e por um colocador, que acrescenta uma característica a base, não modificando a sua identidade”.

Assim, e na perspectiva de Silva (2014), as colocações terminológicas obedecem a dois tipos de entidade:

“A primeira entidade, a colocação terminológica, é constituída por dois lexemas, em que um dos lexemas possui o estatuto de termo,

mono ou multilexémico, e o outro de não termo; a segunda entidade, distingue-se da primeira pelo facto de o segundo lexema poder também ele ser termo, mono ou multilexémico. O que têm em comum estas duas entidades é o facto de o efeito das suas combinatórias resultarem num não termo” (Silva, 2014, p. 17).

As colocações ocorrem em textos de especialidade, sendo constituídas por um termo e um colocativo. Por exemplo: **essência da cobertura**. Nesta colocação, “**essência da**” não designa nenhum conceito da área, é uma unidade lexical; “**cobertura**” é um termo do domínio jornalístico que nos remete para a noção de reportagem.

Feita a apresentação sobre as colocações, urge, agora, focar outra dimensão, o conceito de fraseologia, onde se demarcam as diferenças entre esta e outro tipo de combinação.

Alguns autores referem-se às fraseologias como unidades próximas a fórmulas ou frases próprias de determinados discursos. Para Bevilacqua (1998),

“as unidades fraseológicas especializadas são unidades sintagmáticas que incluem um termo entre seus elementos, que possuem um determinado grau de fixação e uma frequência relevante em um conjunto de textos ou em um âmbito especializado” (Bevilacqua, 1998, s/p.).

Segundo Costa (2001, p. 153), a fraseologia é uma “*parte de frase ou proposição, que se caracteriza por ser constituída por várias denominações ligadas entre si por elementos gramaticais*”. Nesse seguimento, apresenta-se a definição de Tavares (2009, p. 39), em que se refere que “*as colocações e as fraseologias são dois fenómenos diferentes, mas que fazem parte das combinatórias*”.

Relativamente aos termos complexos, importa salientar que não devem ser confundidos com as colocações, mesmo tendo em conta que a distinção entre os dois não é de todo fácil. Do ponto de vista da comunicação, o termo é uma unidade linguística que funciona como qualquer unidade lexical nos níveis sintáctico, morfológico, fonológico e semântico, tanto em língua, como em discurso (Costa, 2006).

A Norma ISO 704 (2000, p. 34) define o termo como:

“...une désignation composée d'un ou de plusieurs mots et représentant un concept général dans une langue de spécialité dans un domaine particulier”.

O termo é, portanto, a designação verbal de um conceito num domínio específico. Segundo Costa e Silva (2006,p.8), os termos podem, do ponto de vista formal, ser:

- a. Termo simples - constituído por uma só palavra gráfica;
- b. Termo complexo - constituído por duas ou mais palavras gráficas.”

Assim, podemos dizer que o termo designa sempre um conceito.

Olhando para a realidade do *corpus* em estudo, extraímos como exemplos os seguintes candidatos a termos:

- a. informação fornecida;
- b. fonte do jornalista;
- c. informação disponível.

Podemos dizer que os três exemplos acima apresentados são candidatos a termos, uma vez que o conjunto das unidades remete para um único conceito. Os termos complexos diferem das colocações. A estrutura das colocações obedece a uma estrutura que pode ser constituída por uma base que é um termo ou ainda por um colocativo que é uma unidade lexical. Porém, o facto de estes exemplos poderem, eventualmente, designar um conceito da área, faz com que sejam termos e não colocações.

Embora as colocações terminológicas e os termos complexos possam ter uma estrutura morfosintáctica idêntica, elas desempenham funções diferentes: a primeira é denominativa e a segunda não.

Para Costa (2001, pp. 147-154),

“colocação é usada para dar conta das sequências de lexemas terminológicos que co-ocorrem, mas que não designam conceitos, não podendo ser confundidas com as unidades terminológicas multilexêmicas, que são todas as unidades terminológicas nominais que são constituídas por dois lexemas ou unidades monolexêmicas separadas por um espaço em branco, resultando das duas combinatórias morfolexêmicas e sintáticas numa denominação. Ou seja, as unidades terminológicas multilexêmicas são constituídas por mais de dois termos e remetem para um único conceito”.

As unidades terminológicas em contexto de especialidade remetem-nos para um conceito identificado; já as colocações terminológicas, na sua construção morfossintática, não nos remetem para um conceito, podendo ser uma colocação terminológica sempre que uma das unidades que a constitui seja termo.

Para Costa e Silva (2004, p.1), “o especialista identifica o conceito para o qual remete um dos lexemas que tem o estatuto de unidade terminológica e que num determinado contexto sintagmático atrai um outro lexema que pode ser terminológico, sendo que a totalidade da construção morfossintática de um não termo, considerando que o seu conjunto, geralmente não remete para um conceito”.

Entretanto, as mesmas autoras levantam a possibilidade de as colocações terminológicas, em alguns casos, adquirirem o estatuto de unidades terminológicas, quando a relação entre as unidades lexicais que as constituem, originalmente, perdem o seu estatuto e adquirem, assim, um grau de coesão lexical muito mais forte entre as unidades. (cf. Costa e Silva, 2004, p. 2).

Após a apresentação da área de domínio e o breve enquadramento teórico das colocações, fraseologias e termos complexos, passamos, a seguir, para o ponto dedicado à análise das colocações terminológicas identificadas.

3.3. Combinatórias Terminológicas

A tabela que se segue contém alguns exemplos de combinatórias terminológicas, com as respectivas estruturas morfossintáticas que concorrem ao estatuto de termos complexos ou colocações.

Assim, para a análise das colocações terminológicas, servimo-nos de alguns critérios estabelecidos por Costa (2001, p. 144):

- a) Ser constituída por dois lexemas;*
- b) Poder conter determinantes, preposições ou quantificadores;*
- c) Ser o resultado de combinatórias lexicais;*
- d) Ser apreendida pelo falante como um único signo linguístico;*

Categoria gramatical	Combinatórias terminológicas	Estruturas
Nome	entrevista confidencial	N+ADJ
	notícia factual	N+ADJ
	reportagem original	N+ADJ
	cobertura mediática	N+ADJ
	cobertura equitativa	N+ADJ
	entrevista inteira	N+ADJ
	comunicação aberta	N+ADJ
	entrevista sob anonimato	N+PREP+N
	essência da cobertura	N+PREP+N
	extensão da cobertura	N+PREP+N
	fonte útil de informação	N+ADJ+PREP+N
	informação exacta e fidedigna	N+ADJ+CONJ+ADJ
	única fonte	ADJ+N
Verbo	marcar uma entrevista	V+DET+N
	consumir a notícia	V+DET+N
	cobrir o ambiente	V+DET+N
	encontrar informação	V+N

Tabela 4: Apresentação das combinatórias extraídas no *corpus*

Agrupámos as combinatórias em duas classes gramaticais: as combinatórias que têm por base um nome e as que têm por base um verbo.

Como afirmamos no primeiro parágrafo deste ponto (ver 3.3), a Tabela n.º 4 contém tanto candidatos a termos como colocações.

Concorrem ao estatuto de colocações terminológicas as seguintes formas:

entrevista sob anonimato;
essência da cobertura;
cobrir o ambiente;
consumir a notícia.

De acordo com o nosso conhecimento na área do jornalismo, consideramos que os seguintes exemplos concorrem a termos complexos

comunicação aberta;
encontrar informações;
entrevista inteira;
fonte útil de informação.
marcar uma entrevista;
notícia factual;
reportagem original;
única fonte.

Tanto as colocações como os termos por nós identificados carecem de validação pelo grupo de especialistas

Estas formas são apresentadas como candidatos a termos, uma vez que, de acordo com a nossa experiência do domínio em análise, parece remeter para um só conceito. No caso de, por exemplo, *notícia factual*, o termo *notícia* é inequivocamente área jornalística. Este termo, *notícia*, diz respeito a “factos de interesse jornalístico” (cf. Ribeiro, s/d. O adjetivo “factual” especifica o tipo de notícia que tem a particularidade de se basear em factos e cuja veracidade está comprovada. Desta análise, ainda que superficial, podemos deduzir que desta combinação resulta num termo que designa um conceito: [[notícia]_N +[factual]_{ADJ}]_{Termo}

Da análise que fizemos aos dados recolhidos do *corpus*, verificámos, e de acordo com o nosso objecto de estudo, que as seguintes estruturas são as mais recorrentes no *corpus*:

1. N+ADJ
2. N+PREP+N
3. V+DET+N
4. N+ADJ+CONJ+ADJ
5. N+ADJ+PREP+N
6. ADJ+N
7. V +N

Transformando esta recorrência em temas estatísticos, obtemos o seguinte gráfico circular:

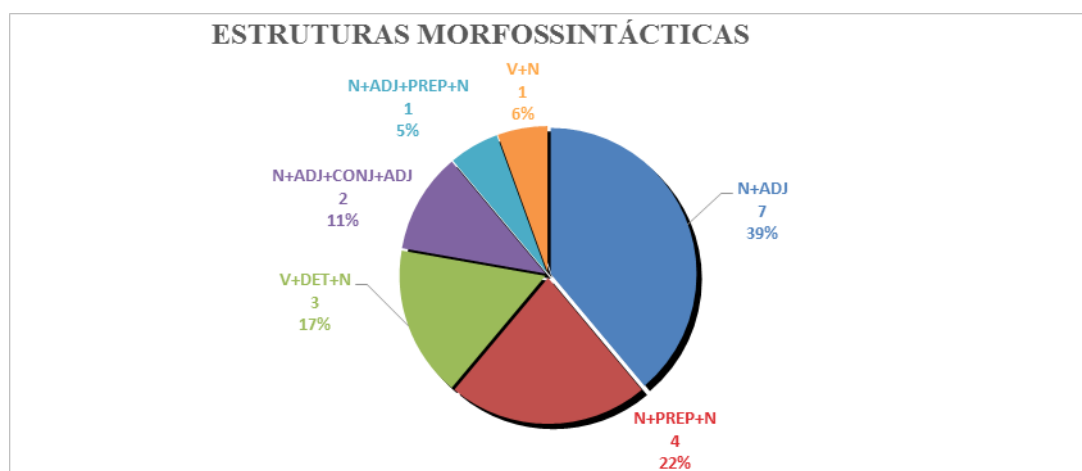


Figura 8: Estruturas mais frequentes no *corpus*

Em suma, de forma mais explicativa, verificamos que as estruturas N+ADJ e N+PREP+N apresentam maior valor percentual com 39% e 22%, respectivamente. Em seguida temos as estruturas V+DET+N (17%) N+ADJ+CONJ+ADJ (11%), V+N (6%) e N+ADJ+PREP+N (5%).

3.4. Análise das Colocações Terminológicas

Com recurso ao novo dicionário de comunicação de Correia (2015) e ao dicionário de jornalismo de Cascais (2001) analisámos as colocações presentes no *corpus* que ganham

sentido de especialidade, tais como: *extensão da cobertura*, *entrevista sob anonimato*, *cobertura equitativa*, *essência da cobertura*, *complexidade do acontecimento e informação exacta e fidedigna*, com intenção de apresentar os contextos para percepção adequada enquanto formas em combinação.

Observemos os casos abaixo:

3.4.1 extensão da cobertura, cobertura equitativa, cobertura mediática

A combinatória *extensão de cobertura* é uma colocação porque é constituída por colocação lexical (CL) *extensão de* e o termo *cobertura*

Extensão de cobertura é assim constituída por um $[[N+PREP]_{CL} + [N]_{\text{termo}}]_{CT}$. O colocativo *extensão de* é uma colocação lexical. Ao juntar-se ao termo *cobertura*, a totalidade da colocação adquire, por contaminação, sentido especializado, sendo por isso uma colocação terminológica. A título de exemplo, apresentamos, um contexto para a colocação analisada:

A **extensão da cobertura** depende em parte da proximidade e de quem esteve envolvido. Um acidente fatal de automóvel em Paris em 1997 foi uma grande notícia, não só em França mas em todo o mundo, porque uma das vítimas foi a Princesa Diana da Grã-Bretanha.

Por via da frequência, podemos afirmar que a colocação lexical *extensão de* é comum no discurso jornalístico, na medida em que ocorre associado a outros termos da área. Temos assim os seguintes exemplos que comprovam a nossa reflexão: *extensão da notícia*, *extensão da reportagem*; *extensão da fonte*, *extensão da informação*.

O termo *cobertura* no domínio jornalístico é utilizado nas actividades de repórter ou na observação e acompanhamento de um acontecimento para recolha de informação e seu tratamento jornalístico (cf. Cascais, 2001,p.49), uma vez que a reportagem é uma das fontes de notícia.

No entanto, se relativamente à colocação terminológica *extensão da cobertura*, a colocação lexical é mais estável, noutros casos, é o termo *cobertura* que é mais estável.

Assim, nos casos em que termo *cobertura* é colocativo pensamos estar perante termos complexos. Enquanto tal facto não é posto à prova de um especialista, podemos afirmar que tanto *cobertura mediática*, como *cobertura equitativa* são termos pelo facto do adjectivos *equitativo* e *mediático* qualificarem o tipo de *cobertura* que é feita.

A partir da análise feita ao contexto que se segue,

Dar uma **cobertura equitativa** a opiniões científicas diferentes pode induzir a audiência em erro.

podemos afirmar que o termo *cobertura equitativa* é uma componente da colocação terminológica *dar cobertura equitativa*. Neste exemplo, a colocação é constituída por um verbo da língua corrente e um termo multilexémico sendo a sua estrutura a seguinte:

$$[[dar]_v + [[cobertura]_N + [equitativa]_{ADJ}]_{Termo}]_{CT}$$

Estamos perante uma colocação terminológica pelo facto de o verbo seleccionar um termo da especialidade jornalística.

3.4.2: entrevista sob anonimato

O exemplo *entrevista sob anonimato* é uma colocação terminológica cuja estrutura morfossintáctica é

$$[[N]_{termo} ([Prep] + [N])_{CL}]_{CT}$$

O valor de especialidade está no primeiro N, a saber *entrevista* e não no segundo N, a saber *anonimato*, que esse é uma unidade lexical da língua corrente. Apresentamos um contexto que atesta da ocorrência da colocação.

Uma **entrevista sob anonimato** ou sem atribuição significa geralmente que a informação pode ser usada numa peça e as palavras da fonte podem ser citadas directamente, apesar de não se poder dizer o nome da fonte.

O contexto acima vem, no entanto, introduzir uma dúvida relativamente à nossa classificação linguística. De facto, após a análise deste contexto, podemos questionar-nos

se de facto, a colocação *sob anonimato* que classificámos de colocação lexical, não pode ser afinal uma colocação terminológica devido à importância que o anonimato assume na actividade jornalística. Constatámos que a colocação *sob anonimato* parece ser produtiva no discurso jornalístico, uma vez também encontrámos *informação sob anonimato*. Para confirmar a produtividade enunciada, teríamos de ter um *corpus* mais alargado.

Ficam estas questões no ar, deixando a resposta para um trabalho futuro.

Feita esta análise, passamos a apresentar um quadro com algumas combinatórias que, no futuro, tencionamos retomar para dar sequência aos nossos estudos, tendo em vista a contribuição para o ensino-aprendizagem de alguns tipos de combinatórias no domínio jornalístico. Tais combinatórias, a serem estudadas, podem ser encontradas no quadro com uma forma timbrada a negrito e itálico.

Forma	Estrutura	Exemplo de combinatórias terminológicas
Fonte	N+PREP+N	<i>fonte de notícia</i>
	N+ADJ	fonte secundária
	N+ADJ	fonte primária
	N+ADJ	fontes originárias
	N+ADJ+PREP+N	fonte útil de informação
	N+ADV+VER	fonte não identificadas
	N+ADJ+PREP+N	fonte fidedigna de notícia
	N+ADJ	fontes múltiplas
	N+ADJ	fonte credível
	N+ADJ	fontes anónimas
	N+PREP+N	<i>fonte do jornalista</i>
	N+ADJ	fonte certa
informação	N+ADJ	informação rica
	N+PREP+DET+N	<i>informação sobre uma fonte</i>
	N+ADJ	informação confidencial
	N+ADJ	informação recolhida
	N+ADJ	informação básica
	N+PREP+N	informação de segurança
	N+PREP+N	informação em anonimato

	N+ADJ	informação precisa
	N+ADJ	informações necessárias
	N+ADJ	informação prejudicial
Notícia	N+PREP+N+ADJ	notícias na imprensa falada
	N+CONJ+VER+DET+ADJ	notícia que ultrapassa o óbvio
	N+VER+ADJ	notícias emitidas on-line
	N+PREP+N+ADJ	<i>notícias de última hora</i>
	N+PREP+N	<i>notícias no jornal</i>

Tabela 5: Algumas combinatórias terminológicas no *corpus*

No trabalho de análise que iremos levar a cabo, depois desta dissertação concluída, iremos desenvolver melhores critérios para distinguir os termos multilexémicos das colocações terminológicas. Tal facto é importante, na medida em que, no momento de alimentar a base de dados, temos de decidir em que campo da ficha terminológica é que cada uma das combinatórias deve ser introduzida.

Em suma, o quadro apresenta-nos um conjunto de combinatórias, cujo elemento de base é *fonte*, *informação* e *notícia*. Destes elementos formaram-se as combinatórias que nos ajudarão a identificar os candidatos a termos.

CAPÍTULO IV PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DE COLOCAÇÕES

4.1 Definição de Base de Dados

Após a incursão sobre as combinatórias, parece relevante, neste capítulo, organizar os termos na Base de Dados, atendendo a que é através da terminologia que o CEFOJOR vai melhorar o ensino do curso de jornalismo e a comunicação entre formandos e formadores.

Sendo o CEFOJOR o único centro de formação de jornalistas em Angola, pensámos, para a elaboração desta dissertação, em criar uma base de dados terminológica que possa ser colocada à disposição dos especialistas, formadores, formandos e funcionários, e que sirva de auxílio e estabilização da terminologia usada na formação jornalística aí ministrada. Para a estruturação da nossa base de dados, recorreremos ao *software* informático *Microsoft Access*.

4.1.1. Identificação do perfil do utilizador-alvo

A criação da base de dados é resultado de análise de um *corpus* próprio, neste caso, textos de formação jornalística, e tem como objectivo organizar a terminologia usada nos manuais que servem de base para o processo de ensino-aprendizagem na formação jornalística. Serão alvo de consulta, numa primeira fase, os funcionários, formandos, formadores e tradutores que necessitam de acesso ao conhecimento estruturado.

A partir da base de dados terminológica, o utilizador terá ao seu dispor informações úteis sobre um determinado domínio para o uso correcto das colocações nas produções textuais, no ensino, e na aprendizagem. A base de dados terminológica é constituída por um conjunto de fichas terminológicas relacionadas entre si, relativas a uma ou a várias áreas de conhecimento.

4.1.2. Ficha terminológica

Depois de realizada a análise das colocações terminológicas e dos seus contextos, consideramos que as informações contidas na base de dados, que será constituída por um conjunto de fichas terminológicas nas quais constam as colocações, poderão ser altamente úteis para os utilizadores.

No sentido de uma maior clareza e facilidade de consulta por parte dos utilizadores, as fichas terão a seguinte estrutura:

1. Entrada
2. Fonte do Termo
3. Classe gramatical
7. Definição
8. Fonte da definição
4. Colocação
5. Fonte da Colocação
6. Contexto da Colocação
7. Fonte do Contexto
6. Domínio
11. Notas

No campo ‘Entrada’ será introduzido o termo do qual depende toda a informação que constará nos restantes campos das fichas. No campo designado ‘Classe Gramatical’ será introduzida a informação gramatical do termo que se encontra no campo ‘Entrada’.

No campo ‘Colocação’ iremos colocar as colocações terminológicas que dependem estruturalmente do termo que se encontra em ‘Entrada’. Se o termo for *entrevista*, a colocação será, por exemplo, *entrevista sob anonimato*.

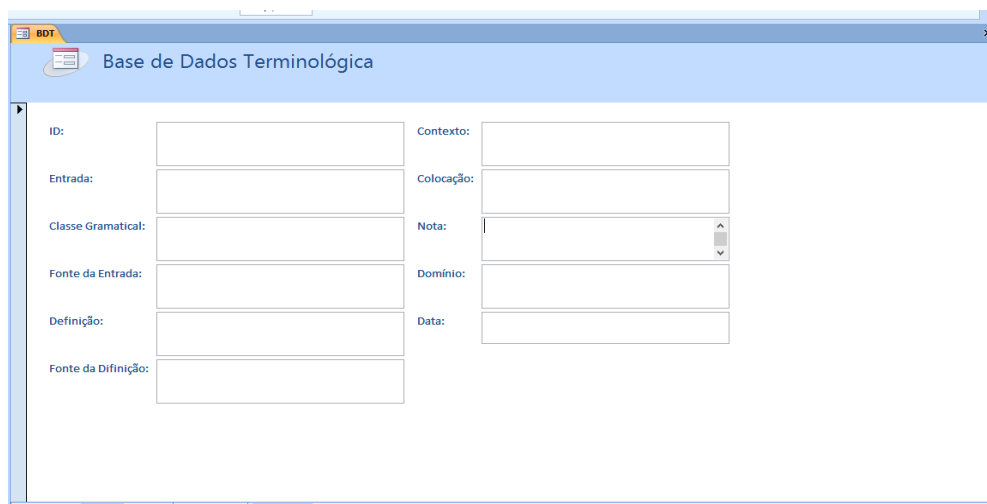
O termo será definido no campo ‘Definição’. A definição poderá ser redigida por nós ou poderá ser retirada de uma fonte. Essas opções serão mencionadas no campo ‘Fonte da definição’. Uma vez que a base de dados vai servir o Centro de Formação de Jornalistas, o domínio será o Jornalismo, não sendo necessário explicitá-la na base de dados. Em contrapartida os subdomínios serão mencionados neste campo.

O campo ‘Contexto’ serve para dar conta do uso da colocação em discurso. Este campo será acompanhado de outro campo que dará conta da sua fonte.

O campo ‘Nota’ serve para colocar notas que digam respeito a qualquer uma das informações contidas nos restantes campos da ficha

4.1.3. Construção da base de dados

Para a criação da base de dados, começámos, em primeiro lugar, por criar uma tabela no programa *Microsoft Access*, colocando todos os campos apresentados na ficha terminológica. Esta encontra-se ilustrada na figura abaixo.



The screenshot shows a Microsoft Access window titled 'Base de Dados Terminológica'. The form contains the following fields:

ID:	<input type="text"/>	Contexto:	<input type="text"/>
Entrada:	<input type="text"/>	Colocação:	<input type="text"/>
Classe Gramatical:	<input type="text"/>	Nota:	<input type="text"/>
Fonte da Entrada:	<input type="text"/>	Domínio:	<input type="text"/>
Definição:	<input type="text"/>	Data:	<input type="text"/>
Fonte da Definição:	<input type="text"/>		

Figura 9: apresentação da ficha

A figura que se segue ilustra uma ficha de base de dados com os seus campos preenchidos. A título de exemplo, começamos por apresentar a entrada para o termo *entrevista* para o qual temos a colocação *entrevista sob anonimato*.

The screenshot shows a web application titled 'Base de Dados Terminológica'. It contains a form with the following fields and values:

ID:	01	Contexto:	Uma entrevista sob anonimato ou sem atribuição significa geralmente que a informação pode ser usada numa peça e as
Entrada:	entrevista	Colocação:	entrevista sob anonimato
Classe Gramatical:	n.f	Nota:	
Fonte da Entrada:	Textos utilizados pelos formadores e formandos do Cefojor	Domínio:	Jornalismo
Definição:	Assenta num diálogo entre o jornalista e uma ou mais pessoas, sendo geralmente reproduzida em discurso directo.		
Fonte da Definição:	Novo Dicionário da Comunicação. Chiado editora.		

At the bottom, there is a status bar with the text 'Resíduos: 1 de 1' and buttons for 'Carregar Filtros' and 'Procurar'.

Figura 10 Apresentação da ficha terminológica com a colocação “**entrevista sob anonimato**”.

Em trabalhos posteriores, o preenchimento da base de dados só será levada a cabo depois de os dados terem sido validados por um grupo de especialistas.

Consideramos que a implementação das colocações na base de dados poderá contribuir de forma decisiva para a organização da terminologia jornalística, melhorando a comunicação, diminuindo as ambiguidades, e cooperando com a actividade profissional de qualidade e dos serviços prestados, aumentando, desta forma, uma actividade cujos resultados sejam considerados eficazes e eficientes no seu desempenho profissional.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, optámos por recolher os dados produzidos no Centro de Formação de Jornalistas – CEFOJOR mais concretamente na área pedagógica, por a documentação seleccionada apresentar especificidades de valor terminológico de extrema importância na formação jornalística.

Assim, com o objectivo de organizar a terminologia do CEFOJOR, começámos por constituir um *corpus* monolingue. Após várias diligências optámos por fazer incidir grande parte da nossa análise no Manual de Jornalismo Independente.

Fruto do tratamento do *corpus*, correspondendo à segunda etapa metodológica, depois de constituído o *corpus*, observámos as colocações e termos complexos, tendo como foco a análise das colocações que facilmente se podem confundir com termos complexos.

A análise das colocações recaiu sobre os seus constituintes. O objectivo era, por via da análise morfossintáctica se estávamos perante um termo ou uma colocação. Este olhar, assente na distinção teórica entre colocação e termo complexo, foi um passo importante para a organização da terminologia da área.

Assim, procurámos chamar a atenção dos formadores e formandos para a importância que as colocações terminológicas e os termos complexos podem ter na construção discursiva de especialidade.

Foi a partir da análise terminológica do manual utilizado pelo CEFOJOR que conseguimos construir e propor uma base de dados cuja finalidade é proporcionar aos formadores e formandos uma ferramenta terminológica que possa dar um contributo para a formação dos jornalistas em Angola.

Este trabalho abre caminho para os desafios de construção de uma base de dados mais completa e abrangente, envolvendo outras línguas, futuramente.

Uma vez identificados os termos complexo e colocações será necessário validar junto dos especialistas a veracidade da informação.

BIBLIOGRAFIA

I. Linguística e Terminologia

- ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CIFELFIL, 2011.
- BARROS, Lúcia (2004) – Curso básico de terminologia, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BEVILACQUA, C. R; Salgado, A. R. Silveira, D. A. (2006). *Unidades fraseológicas especializadas eventivas: novas questões sobre seu reconhecimento em corpora textuais*. Revista Intercâmbio, volume XV. São Paulo. LAEL PUC-SP, ISSN1806-275X.
- CABRÉ, Maria Teresa, (1999). *Lá Terminología: Representación y Comunicación*, elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos, Instituto Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.
- CABRÉ, Maria Teresa, (2002). “Una Nueva Teoría de la Terminología: De la Denominación a la comunicación” in *Terminología Desenvolvimento Identidade Nacional*, actas do IV simpósio ibero-americano de terminología, Org. por Margarita Correia, Edições Colibri, Lisboa.
- CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques. (2008). *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*. Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- CORREIA, Margarita (org.) (2000), *Terminologia e Indústria das Línguas*, actas do VII simpósio ibero-americano de terminologia, ILTEC, Lisboa.

- COSTA, Rute. (2001) “O Termo como veículo de especificidades conceptuais e semânticas”, *Polifonia*, nº 4, Edições Colibri, UNL, Lisboa.
- COSTA, Rute; Raquel Silva, (2006) – Guião: Metodologia para a investigação aplicada em Terminologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- COSTA, Rute; Raquel Silva, Fátima Ferreira, (2004) – “*Entre Langue Générale et Langue de spécialité une question de collocations*” in *Étude de Linguistique Appliquée – ELA*. Paris: Didier Érudition. Consultado em 4 Agosto de 2015 em [http://www.cairn.info/resume.plp? ID ARTICLE=ELA135 0347](http://www.cairn.info/resume.plp?ID_ARTICLE=ELA135_0347)
- COSTA, Rute; Raquel, Silva, (2008) – “*De la typologie à l'ontologie de texte*” Terminologie & Ontologies: Théories et Applications. In actes de la deuxième conférence – 10th annecy – 2008. Annecy: Institut Porphyre. Savoie et Connaissance.
- COSTA, Rute; Raquel, Silva. (2004). *The Verb in the Terminological Collocations. A Contribution to the Development of a Morphological Analyser MorphoComp*. CLUNL, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- ECO, Umberto. (2004). *O Signo*. 6.^a Edição, Editora Presença, Lisboa.
- ENANCIB (2014) – *Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*, 28 a 31 de Outubro. Brasil.
- FARIA, Isabel Hub e al. (org) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. 2.^a Edição, Editorial Caminho, SA, Lisboa.
- GOMES, Aldónio e Fernanda Cavacas (2004). *A Vida das Palavras – Léxico*. Clássico Editora – Lisboa
- LERAT, Pierre. (1995). *Les Langues Spécialisées*, Presses Universitaires de France, Linguistique Nouvelle - Paris
- LINO, Maria Teresa e Madalena Contente (2011) – “*Neologia terminológica: evolução conceptual e semântica*”, in Actas do SIMELP III – Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa III, Simpósio 7, Neologismos – Neologia e o Ensino da Língua Portuguesa, Universidade de Macau, Departamento de Estudos Portugueses.

- LINO, Maria Teresa. (1991). *Um Projecto em Termodidáctica*, in Actas do Encontro do Programa ERIC, Universidade Aberta, Lisboa.
- LINO, Maria Teresa. (2009). “Idiomatiticé en Portugais d’un point de la Terminologie: Collocations Terminologiques et Néonyme”. in *Actes du colloque «Idiomatiticé des langues Romanes»*. Université de Paris 8, le 11 et le 12 Décembre.
- MUDIAMBO, Quibongue. (2014). *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem Aplicados ao Ensino da Língua Portuguesa*. Edições Colibri, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- PAVEL, Sílvia, Diane Nolet (2002). *Manual de Terminologia. Direcção de Terminologia e Normalização do Departamento de Tradução do Governo do Canadá*. Traduzido em português por Enilde Faulstich, Canadá.
- ROCHE, Chirstophe (2005). “*Terminologie e Ontologie*” in: *Revue Langages* vol.39, nº157, 2005, Larousse, Paris. Disponível em http://www.persee.fr/doc/lgge_0458_726x2005_num_39157_974, consultado em 26 de Março de 2015.
- SALES, de Rodrigo. (2007). “*Teoria Comunicativa da Terminologia*” – TCT como porte teórico para a representação do conhecimento especializado. PGCIN/UFSC.
- SARDINHA, Tony. (2000). “Linguística de Corpus – histórico e problemática, retrospectiva “ - *DELTA*, Vol 16, N.º 2, 323-367, LAGL,PUC-SP.
- VIII RUIVO, João e MESQUITA, Helena. (2010). *Educación e Formación na Sociedad do conhecimento*. Ediciones Universidad Salamanca, Revista de Pedagogia de La Universidad de Salamanca.

II. Teses e dissertações

- ALMEIDA, Zara Soares (2008). “*Combinatórias Terminológicas e Equivalências*” – Na Base de Dados Terminológica e Textual da Assembleia da República – BDTT-AR. Mestrado em Ciências da Linguagem Área de Especialização Lexicologia e Lexicografia, FCSH “Universidade Nova de Lisboa”.

- COSTA, Rute. (2001a). “*Pressupostos teóricos e metodológicos para a extração automática de unidades terminológicas multilexémicas*”, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- DECHAMPS, Cristina, (2013) – Les collocations de la langue juridique française: problématiques de l’enseignement/apprentissage à des apprenants lusophones, Tese de Doutoramento em Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- DECHAMPS, Cristina. (2006). “*Problemáticas do ensino/aprendizagem das Colocações de uma língua de especialidade a um público alófono*” o caso do francês jurídico a aprendentes portugueses, Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GAMA, Bárbara (2009). *O Léxico em Aula de PLE um Contributo para o Ensino de Colocações*, Dissertação de Mestrado em Português Língua Segunda/Língua Estrangeira, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- GRAÇA, Evódia (2010). “Terminologia do Direito Processual Civil em Cabo Verde”. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL.
- SILVA, Raquel. (2014). Gestão de Terminologia pela Qualidade – Processos de Validação, Tese de Doutoramento em Linguística – Especialidade em Lexicografia e Terminologia. FCSH “ Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: UNL.
- TAVARES, Maria Alice Gomes. (2009). *As Colocações Terminológicas Nominais de Base Metafórica no Domínio da Economia*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem – Área de especialização Lexicologia e Lexicografia., Lisboa: UNL

III. Normas

- ISO 704, N (2009), Terminology Work- Principles and methods.
- ISSO 1087-1, N.(200) Terminology Work-Vocabulary.

IV. Jornalismo

- ALVES, Filipe (2014). *Fundações Jornalísticas* – em busca de um novo modelo de negócio para a imprensa. Edições Almedina, S.A Coimbra.
- CORREIA, Carlos João (2005). *Sociedade e Comunicação* – Estudo sobre jornalismo e identidade. Edição Serviço Gráfico da Universidade da Beira Interior.
- COSTA, Mário. (2002). *Jornalismo Angolano* – Contribuições I.^a e II.^a Jornadas Técnico- Científicas da Comunicação Social, Luanda.
- DEBORAH, Potter. (2006), “*Manual de Periodismo independiente*”, Editora: Mildred Solá Neely – Tradução: Ángel Carlos González Ruiz, Director Ejecutivo: George Clack – Composição tipográfica: Letícia Fonseca Gallegos.
<http://usinfo.state.gov/>
- SERRA, J. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Universidade da Beira Interior.

V. Documentos oficiais

- CONSTITUIÇÃO da Republica de Angola (2010), Luanda.
- DECRETO PRESIDENCIAL N.º 102/14 de 12 de Maio – Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social.
- MAPTSS (2013), *Colectânea de Diplomas Legais sobre os Órgãos Centrais da Administração Pública* – República de Angola – Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.
- MARIA, Paulo A. (2010a). *Legislação, e Normas sobre a Comunicação Social Angolana*. 1ª Ed. Luanda: Divisão Editorial Casa das Ideias.
- MARIA, Paulo António. (2010). *Colectânea de Legislação e Normas sobre a Comunicação Social Angolana*. Lisboa: Casa das Ideias
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009). *Dicionário Terminológico da Língua Portuguesa*.
- PROJECTO Portal do Governo. Ministério da Comunicação Social, Lei nº 7/06 de 15 de Maio.

VI. Administração e Direito Administrativo

- CADERNOS, ENAD.PAPERS. (2012). *Manual de Procedimentos Administrativos*. Editores Plural – Grupo Porto Editora.
- CAETANO, M. (1984). *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra, Livraria Almeida, 10.^a ed, vol I.
- MOREIRA, Isabel. (2014). *Correspondência Comercial*. 2.^a Edição, Edições Técnicas e Profissionais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

VII. Dicionários e Gramáticas

- AA.VV. (2014). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora.
- BORGES, Alexandre e ali (2015). *Novo Dicionário da Comunicação*. 1.^a edição, Chiado Editore – Lisboa.
- CASCAIS, Fernando (2001). *Dicionário de Jornalismo – as palavras dos medias*. Editora Verbos, Lisboa.
- ESTRELA Edite, Soares Maria & Leitão Maria. (2013). *Saber Escrever Saber Falar*. 13.^a Edição, Editorial Dom Quixote, Portugal.
- RABAÇA, Alberto Carlos e Gustavo Barbosa (1987). *Dicionário de Comunicação*. Editora Ática S.A –São Paulo.
- RIBEIRO, Maria Rosane. *Glossário de Jornalismo*. Manual de Redação do Globo [Documento encontrado em Dezembro de 2015]
- RODRIGUES, Adriano Duarte, (2000), *Dicionário breve da Informação e da Comunicação*, Editora Presença.
- SEQUEIRA, Arminda (2006). “*Correspondências em Português*” – Comunique de forma eficiente, Editora: Porto Editora, Lisboa.
- XAVIER, M. MATEUS, M. (1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Vol. II, 1.^a Edição, Edições Cosmos, Associação Portuguesa de Linguística, Edição Cosmos.

VIII. Gramáticas

- AZEREDO, José Carlos, (2010), *Gramática Houaiss*, da Língua Portuguesa – redigida de acordo com a nova ortografia, Editora Paracatu.
- BARROS, Vítor Fernando, (2013), *Gramática da Língua*. 2ª Edição Actualizada, Editora Âncora, Lisboa.

IX. Sites Consultados

- [http: // www.priberam.pt/dlpo/](http://www.priberam.pt/dlpo/)
- [http:// www.dicionariodejornalismo.blogspot.com/](http://www.dicionariodejornalismo.blogspot.com/)
- [http:// www.pt. Wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org)
- [http://www.legislação.ufsc.br/glossários.](http://www.legislação.ufsc.br/glossários)
- [http: www.trabalhosfeitos.com](http://www.trabalhosfeitos.com)
- [http :www.dicionarioinformal.com](http://www.dicionarioinformal.com)
- [http: glossariodejornalismo.com](http://glossariodejornalismo.com)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Órgãos tutelados pelo Ministério da Comunicação Social	10
Figura 2: Órgãos de Gestão e Serviço do CEFOJOR.....	12
Figura 3: Meios de Comunicação.....	14
Figura 4: Disciplina leccionadas no curso de Jornalismo Profissional	18
Figura 5 <i>Wold List</i>	25
Figura 6: <i>Printscreen</i> da concordância da forma "fonte" e dos seus ocorrentes	27
Figura 7: Mapa de tipo de combinatórias nos textos de especialidade.....	32

Figura 8: Estruturas mais frequentes no <i>corpus</i>	38
Figura 9: apresentação da ficha	46
Figura 10 Apresentação da ficha terminológica com a colocação “ entrevista sob anonimato ”....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Correspondência interna e externa da Administração Pública Angolana.....	23
Tabela 2: Formas simples.....	26
Tabela 3: exemplos de combinatórias no <i>corpus</i>	29
Tabela 4: Apresentação das combinatórias extraídas no <i>corpus</i>	36
Tabela 5: Algumas combinatórias terminológicas no <i>corpus</i>	42